

DESAFIOS DA PESQUISA EM HISTÓRIA ANTIGA NO BRASIL

Ana Teresa Marques Gonçalves

Ainda prevalece entre os historiadores brasileiros a concepção de que há um certo exotismo na escolha de temas em História Antiga Oriental e Clássica para serem desenvolvidos no Brasil. Tal fato deve-se a vários problemas e dificuldades que cercam a conclusão de pesquisas sobre aspectos variados de sociedades que se afastam de nós no tempo e no espaço. Parece a eles que nada devemos a essas civilizações e que, por estarem tão distantes, em nada nos influenciariam hoje em dia. Costumeiro e repetido engano que permanece nas mentes de vários pesquisadores.

Na simples tentativa de nos comunicarmos em nossa língua pátria, somos devedores dos romanos, pois nos expressamos numa língua latina. Além disso, nosso vocabulário encontra-se repleto de palavras com radicais, sufixos e prefixos gregos, como democracia, autonomia, simpatia, entre outras. Várias religiões e seitas, tão em voga ultimamente, basearam-se em concepções orientais. O próprio cristianismo, em suas origens, bebeu da fonte de rituais e ideais pagãos muito antigos, para se afirmar como um conjunto de crenças a serem entendidas pelos seus contemporâneos, crenças e práticas múltiplas que ainda continuam em vigor nos dias atuais.

Muitos desses aspectos nos chegaram mediante o desenvolvimento das grandes navegações européias, que só foram possíveis após o advento do chamado Renascimento, durante o qual vários conhecimentos científicos, cânones artísticos, concepções morais e políticas foram resgatados dos povos antigos e relidos e reinterpretados de acordo com as necessidades dos modernos. A adaptação de valores, idéias e instituições não é uma prática apenas moderna e contemporânea. Os próprios romanos aproveitaram inúmeras concepções gregas para se afirmarem como povo civilizado, sempre tendo o

cuidado de adaptá-las às suas necessidades e costumes ancestrais. E é dessa maneira que o mundo se desenvolve, aproveitando os erros e os acertos dos povos mais antigos. Não é por estarem mais afastados de nós que os povos da Antiguidade não nos podem fazer pensar sobre as escolhas que fizeram e sobre as atitudes que tomaram.

Como entender nosso mundo contemporâneo sem vermos como ele começou a ser construído? Não se consegue entender o chamado Renascimento sem se perceber o que do passado teria renascido. Da mesma forma, não se pode compreender o conceito moderno de democracia sem compará-lo com o antigo, que é em muitos aspectos diverso do atual. A própria noção de Estado foi-se alterando ao longo do tempo, e é imprescindível perceber essa alteração para entender de forma mais aprofundada o mundo em que vivemos. De igual maneira, é fundamental compararmos a escravidão antiga com a que foi empreendida no mundo moderno, para poder compreender as mazelas que tal prática encerra. Como entender o Fascismo sem a compreensão do que foi o *fascio* na Antiguidade latina? Como entender as concepções socialistas sem estudar o surgimento da propriedade privada?

Um assunto muito em voga na atualidade são os problemas encarados pelas populações citadinas. A violência, a pobreza, as más condições dos transportes, das moradias, das vias públicas se impõem como assunto diário. Mas é preciso resgatar a própria concepção de cidade, de comunidade, de união de indivíduos para proteção e comércio, originada na mais remota Antiguidade Oriental. Só assim se poderiam discutir com mais profundidade as questões que se apresentam. Fala-se também muito em cidadania, em direitos e deveres dos cidadãos. Mais uma vez, trata-se de uma concepção muito antiga, que se estruturou com a formação das primeiras sociedades, dos agrupamentos humanos iniciais. Portanto, inferimos que, para se discutir o presente e para se construir um futuro melhor, deve-se conhecer o passado, por mais remoto que ele possa parecer.

Contudo, não é uma tarefa fácil nos aproximarmos desse passado tão distante, principalmente com as condições de pesquisa encontradas Brasil, que tornam o trabalho uma verdadeira aventura ou desafio. Ainda são poucas as instituições que oferecem pós-graduação em História Antiga, quase todas vinculadas às universidades estaduais e federais. São instituições que têm em seu corpo docente profissionais já com doutorado, pós-doutorado ou livre docência na área e que podem agir nas respectivas pós-graduações. Entre elas, destacamos a Universidade de São Paulo (USP), nas áreas de História Social e Econômica, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a

Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade de Campinas (UNICAMP), a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Assis.

Há outras universidades nas quais se desenvolvem pesquisas sobre a Antiguidade, mas os profissionais que as realizam ainda estão se qualificando para atuar nas pós-graduações existentes, como é o caso da Universidade Federal de Goiás (UFG) e da UNESP, Campus de Franca.

Há ainda um terceiro caso, aquele em que há profissionais se qualificando e desenvolvendo pesquisas em História Antiga em universidades nas quais ainda não estão implantados cursos de Mestrado e/ou Doutorado, como na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e nas Universidades Estaduais de Londrina e Maringá.

Assim, embora haja poucos centros nos quais se desenvolvem pesquisas sobre a Antiguidade, há um número ainda pequeno, mas em sensível expansão, de profissionais dedicados à área, com possibilidade de formação de novos profissionais. Trata-se de centros muito concentrados na região Sudeste do País. Infelizmente muitos desses profissionais recém-formados negam-se a sair dessa região para se aventurar em universidades localizadas fora do eixo Rio de Janeiro – São Paulo.

Somente para fornecer um exemplo bastante elucidativo e sem dúvida bastante pessoal, a UFG, onde trabalho há seis anos, depois de me formar pela UFRJ e me pós-graduar na USP, está completando quarenta anos de fundação. Nosso mestrado em História das Sociedades Agrárias tem vinte anos de funcionamento. Sou a primeira profissional de História Antiga que integra o quadro de professores. Vale destacar que há poucas sociedades mais agrárias do que as da Antiguidade. Contudo, apesar dos concursos, nenhum profissional se havia interessado em atuar no Centro-Oeste antes de mim.

Outros fatores dificultam o desenvolvimento de pesquisas sobre a Antiguidade, entre eles, a precariedade de nossas bibliotecas no que se refere ao número e à qualidade de títulos de História Antiga em seus acervos. Em qualquer visita ao estrangeiro ou em estágio no exterior, Estados Unidos ou Europa, verifica-se por comparação o estado de indigência de títulos no qual nos encontramos. Por isso ainda creio serem insubstituíveis as viagens ao exterior para aqueles que querem especializar-se em História Antiga, não apenas para entrar em contato com profissionais renomados no ramo, com bibliotecas de sonho, recheadas dos últimos títulos e periódicos sobre a Antiguidade, com

condições de pesquisa ideais, mas também para ver de perto, nos sítios arqueológicos e museus, a cultura material produzida pelos povos antigos. Numa breve viagem a Óstia e na conseqüente visita ao seu sítio arqueológico, por exemplo, percebe-se mais da cultura romana das cidades litorâneas do período imperial do que na leitura de muitos manuais que tratam do assunto.

Deve-se destacar a ainda lenta tradução de títulos bibliográficos e de fontes textuais para o português, o que dificulta, inclusive, o trabalho com os alunos em sala de aula. E é em sala de aula que começam a ser forçados os futuros profissionais em História Antiga.

Contamos com pouquíssimos títulos traduzidos. Por vezes, lançamos mão de traduções feitas em Portugal, ou mesmo de traduções para o castelhano que nos chegam principalmente da Espanha, Argentina e México. Tal fato requer que sejam obrigatoriamente políglotas aqueles que se dedicam ao estudo da Antiguidade. Oficialmente, para se fazer um mestrado em História Antiga deve-se conhecer uma língua estrangeira. Para a realização do doutorado, devem-se dominar duas línguas estrangeiras. A realidade, porém, é outra e bem mais complexa. Para realizar uma pesquisa mais aprofundada, o ideal é conhecer pelo menos o básico do inglês, do francês, do espanhol e do italiano e, se possível, ter noções de alemão. Porque muitas vezes o que é produzido nos países nos quais se falam essas línguas não é traduzido em nenhum outro país.

Mais uma vez vou lançar mão de um exemplo pessoal. Trabalho com um projeto de pesquisa para doutoramento intitulado: *A Construção da imagem imperial: formas de propaganda nos governos de Septímio Severo e Caracala*. O meu *corpus* de fontes integra documentos textuais e catálogos de estátuas e numismáticos. Não há nada traduzido para o português. As obras de Dion Cássio e a História Augusta só têm boas traduções em inglês. A obra de Herodiano só tem tradução, acompanhada do latim, em italiano. Os catálogos numismáticos estão todos em inglês, e o melhor catálogo de estátuas para o período estudado está em alemão. Portanto, para executar tal pesquisa é imprescindível o conhecimento de línguas estrangeiras.

Além disso, não se deve jamais aceitar uma tradução como definitiva. É sempre necessário checar a tradução usada com o texto original em grego ou latim. Desse modo, é fundamental para o especialista em História Antiga Clássica o conhecimento básico dessas duas línguas. E isso se complica para aqueles que querem estudar o mundo oriental, visto que devem pelo menos conhecer rudimentos da escrita em hieróglifos, para o estudo da civilização egípcia, e das línguas cuneiformes, para o estudo da realidade mesopotâmica,

só para citar algumas dificuldades, e nem ousamos nos referir ao estudo das sociedades do Extremo Oriente, que, no momento, não contam com representantes no Brasil.

O mercado editorial tem muito vagarosamente preenchido algumas pequenas lacunas bibliográficas. Torna-se louvável a publicação, no ano de 2000, de traduções acompanhadas do texto latino feitas pela editora Nova Alexandria. Só para citar dois exemplos, foi recentemente publicada a tradução de algumas obras de Sêneca (*Sobre a Providência Divina* e *Sobre a Firmeza do Homem Sábio*) e de Cícero (*Manual do Candidato às Eleições*, *Carta do Bom Administrador Público* e *Pensamentos Políticos Selecionados*), aproveitando a ocorrência das eleições municipais no País. Na década de 1990, a editora Iluminuras também fez um bom trabalho ao publicar traduções acompanhadas do texto em grego das obras de Hesíodo (*Os Trabalhos e os Dias* e *Teogonia*). Há também algumas excelentes traduções editadas pela Hucitec, como *A Constituição de Atenas*, de Aristóteles, *O Cancioneiro de Lésbia*, de Catulo, e peças teatrais de Eurípidés. Entretanto, são obras que não têm a circulação que mereceriam, que não são freqüentemente reeditadas e que não são distribuídas para todos os cantos do País, apesar de serem um ótimo instrumento para se trabalhar com os alunos em sala de aula. Todas as editoras citadas são paulistas e usam principalmente as traduções feitas por alunos e professores do curso de Letras Clássicas da USP.

Há muito pouco tempo, também apareceram no mercado editorial brasileiro as narrativas das descobertas arqueológicas realizadas pelos europeus na década 1920. Somente em 1992 foi editada, em português, pela Ars Poetica a narrativa da descoberta de Tróia por Heinrich Schliemann e, em 1991, pela Mercado Aberto, a narrativa de Howard Carter sobre a descoberta da Tumba de Tutankhamon.

Há outras editoras, como a Jorge Zahar e a Ediouro, que há muito tempo publicam obras antigas em português. Todavia, apesar de essas obras auxiliarem o trabalho em sala de aula, não podem ser usadas na pesquisa, pois não contêm o texto original em latim ou grego, para possibilitar a checagem imprescindível da tradução. Nem sempre é fácil encontrar esses livros na prateleira correta das livrarias. Por exemplo, o *Livro Egípcio dos Mortos* só foi encontrado por esta pesquisadora na estante reservada aos títulos esotéricos de uma grande e famosa livraria paulistana.

Para ter acesso às fontes textuais e bibliográficas, o pesquisador precisa recorrer a viagens ao exterior a fim de procurá-las nos acervos dos grandes centros de pesquisa estrangeiros, ou importar os títulos a preços exorbitantes,

mesmo através da Internet. Mais caro ainda é importar artigos de periódicos só encontrados no exterior. Infelizmente, as bibliotecas brasileiras têm pouquíssimos títulos de periódicos em seu acervo. Várias vezes as assinaturas são suspensas, e o pesquisador fica sem contar com alguns números da revista. É extremamente frustrante procurar um determinado volume da revista na estante e não o encontrar.

Não adianta formar excelentes pesquisadores em História Antiga, se eles não conseguem publicar e fazer chegar ao público acadêmico ou não acadêmico os resultados de suas pesquisas. Devem-se louvar as universidades públicas, estaduais e/ou federais, que têm possibilitado a existência de linhas de publicação, em suas editoras, para dissertações e teses. Como exemplo, podemos citar a UFOP, que, através de sua editora, publicou, em 1999, a dissertação de um de seus professores, Fábio Faversoni, intitulada *A Pobreza no Satyricon de Petrônio*.

Sem sombra de dúvidas, é nas universidades públicas que se encontram os grandes pesquisadores brasileiros em História Antiga e, conseqüentemente, os mais famosos trabalhos de pesquisa no assunto. Normalmente esses profissionais publicam em forma de artigos alguns resultados de suas pesquisas, usando como veículo de divulgação as revistas das próprias universidades ou de outras, quando os conselhos editoriais abrem espaço para a veiculação de artigos sobre temas ligados à Antiguidade. Dentre essas revistas, gostaríamos de destacar a *História Revista* da UFG, a *Revista de História* da UFES, a *Revista de História* da UFOP, a *História* da UNESP, a *Estudos de História* da UNESP/Franca, a *Revista de História* da USP e a *Pós-História* da UNESP/Assis.

Dentro das universidades têm-se formado grupos que buscam promover o estudo, a pesquisa e o debate sobre assuntos vinculados à História Antiga. É o caso, por exemplo, do Centro de Estudos e Documentação sobre o Pensamento Antigo Clássico e sua Posteridade Histórica, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, que inclusive publica, desde janeiro de 1996, uma pequena revista, o *Boletim do CPA*, divulgando artigos apresentados em seus colóquios. Do mesmo modo, existe em atuação na UFRJ o Laboratório de História Antiga (LHIA), que congrega professores da própria instituição e de outras universidades, promove Ciclos de Debates anuais e cursos de extensão e publica três revistas só com artigos cujos temas se relacionam à Antiguidade: a *Phênix*, para graduados e professores, a *Gaia*, para graduandos, e a revista eletrônica *Hélade*. Além disso, estão em funcionamento o Núcleo de Estudos da Antiguidade (NEA), na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, e o Centro de Estudos Interdisciplinares da

Antiguidade (CEIA), na UFF, que mantêm com o LHIA da UFRJ a publicação do *Jornal Philia*, que divulga artigos de alunos e professores dessas instituições. Na UFMG funciona o Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Sociedades Antigas (GIPSA), que congrega profissionais de várias áreas e que, em outubro do corrente ano, promoveu seu segundo colóquio.

Em 13 de julho de 1985, foi fundada a Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos (SBEC), com o objetivo de integrar profissionais de todas as áreas que estudam a Antiguidade, isto é, História, Letras, Arqueologia e Filosofia, principalmente. A SBEC promove eventos nacionais bienais, e algumas secretarias regionais organizam eventos temáticos, quando não há a reunião nacional. Até 1995, publicou anualmente a revista *Clássica*, mas a impressão foi interrompida por falta de verbas.

Há alguns anos, profissionais dedicados ao estudo da Antiguidade passaram a expor suas pesquisas e seus resultados nas reuniões bienais da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH) e nas reuniões regionais da mesma instituição, publicando assim alguns artigos na *Revista Brasileira de História* e nos Anais de tão importantes eventos para professores de História do País. Deve-se ressaltar que está em processo de implantação um Grupo de Trabalho na ANPUH Nacional dedicado a reunir profissionais que trabalham com História Antiga.

É cada vez mais importante a interdisciplinaridade entre os pesquisadores da Antiguidade. Está em crescimento o número de historiadores que se aventuram pelos meandros da Arqueologia e que passam a utilizar em seus trabalhos fontes não textuais, advindas da cultura material dos povos antigos.

Os alunos que pensam em realizar pesquisas em História Antiga não devem desanimar diante dos percalços que se apresentam. Várias gerações têm-se aventurado a superá-los. É difícil, mas não impossível, desenvolver pesquisas no solo brasileiro. As bolsas de pesquisa estão aí para serem pedidas e conquistadas, com esforço e dedicação. Ainda há um campo aberto para os especialistas em Antiguidade em várias regiões do País, mas eles precisam lançar-se ao desconhecido.

Para professores, como é o meu caso, que atuam em universidades fora do eixo Rio de Janeiro – São Paulo e que são os únicos especialistas na área de História Antiga em seus departamentos, os eventos científicos são a única oportunidade de encontrar seus pares, de discutir suas pesquisas, de conhecer novos e antigos pesquisadores, enfim, de salutarmente trocar idéias e aprender sempre um pouco mais.

Por isso, vê-se a preocupação cada vez maior dos especialistas em Antiguidade em promover mesas redondas, sessões coordenadas e minicursos, com outros profissionais da área e/ou com os seus próprios orientandos, como forma de animar e fomentar as discussões e os trabalhos. Desse modo, acredito ser de extrema importância o espaço que se abre para os profissionais de História Antiga no País, como é o caso desta mesa redonda, que fez parte dos eventos promovidos pela Anpuh/ES.